



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, janeiro/2009

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 12, dezembro 2008. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em dezembro, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 20,0 bilhões, superando o déficit de R\$ 4,4 bilhões obtidos no mês anterior e de R\$ 8,1 bilhões registrados em dezembro de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com déficit de R\$ 21,7 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou superávit de R\$ 1,7 bilhão. O Banco Central, por sua vez, teve déficit de R\$ 58,4 milhões. O resultado do mês de dezembro refletiu, principalmente, a operação de integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Integralização (FFIE) pelo Fundo Soberano do Brasil (FSB) no montante de R\$ 14,2 bilhões (ver Boxe 1). Desconsiderando-se este impacto, o déficit do Governo Central seria de R\$ 5,8 bilhões, R\$ 2,2 bilhões abaixo do resultado obtido em dezembro de 2007. Ressalte-se que o superávit da Previdência Social verificado em dezembro deveu-se à antecipação do pagamento da gratificação natalina dos aposentados e pensionistas para o fim do mês de novembro de 2008, sendo que a contribuição incidente sobre as gratificações natalinas aos trabalhadores ocorreu em dezembro.

O resultado do Governo Central no mês de dezembro foi impactado pela integralização de cotas do FFIE por parte do FSB no montante de R\$ 14,2 bilhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	NOV 2008	DEZ 2008	JAN - DEZ 2007	JAN - DEZ 2008
I. RECEITA TOTAL	55.273,6	69.330,2	618.872,9	716.647,0
I.1. Receitas do Tesouro	41.496,7	46.151,5	477.142,0	551.332,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	43.743,4	47.252,5	490.924,4	564.721,2
I.1.2. (-) Restituições	-2.246,7	-1.099,9	-13.772,3	-13.387,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-1,1	-10,1	-1,1
I.2. Receitas da Previdência Social	13.559,2	22.964,2	140.411,8	163.355,3
I.3. Receitas do Banco Central	217,7	214,6	1.319,1	1.959,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.261,4	14.515,9	105.604,7	133.075,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	41.012,2	54.814,3	513.268,2	583.571,5
IV. DESPESA TOTAL	45.434,0	60.593,3	455.442,8	497.926,4
IV.1. Despesas do Tesouro	27.381,8	39.093,6	268.185,6	295.933,0
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	12.456,1	15.859,9	116.372,0	130.829,1
IV.1.2. Custeio e Capital	14.819,7	23.087,8	151.292,8	164.061,4
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.581,0	1.708,8	18.472,2	21.026,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	1.064,4	1.204,3	10.021,0	6.005,9
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.378,4	1.392,1	14.192,0	16.036,2
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.796,0	18.782,6	108.607,6	120.993,1
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	7.874,7	13.467,1	86.498,9	92.724,4
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.921,3	5.315,5	22.108,7	28.268,7
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	106,0	145,9	520,8	1.042,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	17.783,9	21.226,7	185.293,4	199.562,0
IV.3. Despesas do Banco Central	268,3	273,0	1.963,8	2.431,3
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (3)	-	14.244,0	-	14.244,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-4.421,8	-20.023,0	57.825,4	71.401,1
VI.1. Tesouro Nacional	-146,5	-21.702,1	103.351,7	108.079,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (4)	-4.224,7	1.737,5	-44.881,7	-36.206,7
V.3. Banco Central (5)	-50,6	-58,4	-644,7	-472,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,23%	2,46%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	3,98%	3,72%
Previdência Social	-1,73%	-1,25%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	2,23%	2,46%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(4) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(5) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

O resultado primário do Governo Central no ano de 2008 atingiu R\$ 71,4 bilhões, equivalente a 2,46% do PIB estimado para o período.

Considerando-se a poupança do FSB, o esforço primário do ano foi de R\$ 85,6 bilhões, representando 2,95% do PIB.

No ano, o superávit primário atingiu R\$ 71,4 bilhões, equivalentes a 2,46% do PIB estimado para o exercício, frente a um superávit de R\$ 57,8 bilhões no ano anterior, correspondentes a 2,23% do PIB. Considerando-se a poupança do FSB, o esforço primário do ano foi de R\$ 85,6 bilhões, representando 2,95% do PIB. Dessa forma, a meta de superávit primário para o Governo Central de R\$ 63,4 bilhões estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2008) foi cumprida. Tal resultado, juntamente com a expectativa de superávit das empresas estatais federais, sinaliza que a meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO-2008 para o conjunto do Governo Federal foi cumprida nos termos que estabelece a lei.

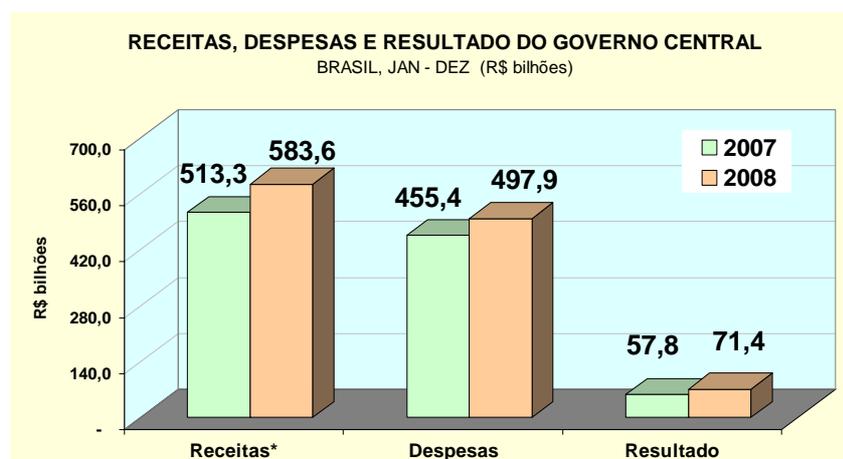
PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-DEZ: %		
DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
Receitas	13,9%	15,8%
Tesouro	14,0%	15,5%
Previdência	13,7%	16,3%
Transferências	13,8%	26,0%
Receita Líquida	13,9%	13,7%
Despesas	13,3%	9,3%
Benefícios	11,9%	7,7%
Pessoal	10,3%	12,4%
Custeio e Capital	17,9%	8,4%
FAT	20,7%	13,8%
Subsídios	4,6%	-40,1%
LOAS/RMV	21,9%	13,0%
Outras	18,3%	11,4%
Custeio	16,4%	7,2%
Capital	26,5%	27,9%
PIB	9,6%	11,7%

A receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R\$ 3,5 bilhões (8,0%) no mês em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores sazonais: i) recolhimento da apuração semestral do IRRF – Rendimentos de Capital sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos (Lei nº 10.892/04); e ii) recolhimento relativo à alienação de licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular. As transferências a estados e municípios, por sua vez, mantiveram-se no mesmo patamar do mês anterior, pois o incremento de R\$ 2,5 bilhões nas transferências constitucionais foram, em grande medida, compensadas pela redução sazonal de repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. As despesas do Tesouro cresceram R\$ 11,7 bilhões (42,8%), explicado, principalmente, pela elevação de R\$ 8,3 bilhões (55,8%) nas despesas de custeio e capital e de R\$ 3,4 bilhões (27,3%) nos gastos com pessoal e encargos sociais, principalmente pelo pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo e das férias do funcionalismo público federal.

No ano, o resultado do Governo Central superou em R\$ 13,6 bilhões (23,5%) o valor registrado em 2007. Em termos desagregados, o Tesouro Nacional apresentou superávit de R\$ 108,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 36,2 bilhões e R\$ 472,0 milhões, respectivamente.

A elevação da receita do Tesouro Nacional em dezembro, comparativamente ao mês anterior, decorre, principalmente, de fatores sazonais.

As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 1,7% acima do crescimento nominal do PIB no período (11,74%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 2,2%.



O comportamento das receitas refletiu o bom desempenho da economia, especialmente nos primeiros dez meses do ano, como também as ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos. Houve crescimento de 17,40% na arrecadação pela aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa, em relação ao ano de 2007. Pelo efeito legislação, as principais alterações promovidas em 2008 foram: i) extinção da CPMF e aumento das alíquotas do IOF, com efeitos a partir de janeiro; ii) redução de alíquota da CIDE – Combustíveis incidente sobre gasolina e diesel e aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% incidente sobre as instituições financeiras, com efeito financeiro a partir de junho; e iii) mudança do prazo de recolhimento do IPI-Automóveis e do IPI-Bebidas de decendial para mensal, com reflexo a partir de julho e de setembro, respectivamente.

O crescimento de 15,8% na receita do Governo Central em 2008 decorre da maior lucratividade das empresas e da recuperação de débitos em atraso, que implica crescimento da arrecadação pela aplicação de multas e juros.

Os principais acréscimos na receita de Impostos e Contribuições foram: i) IRPJ (R\$ 14,8 bilhões ou 21,3%) e CSLL (R\$ 9,6 bilhões ou 27,8%), devido ao maior crescimento nos itens Estimativa Mensal e Lucro Presumido, cuja arrecadação tem por base o faturamento das empresas, e a arrecadação atípica de R\$ 2,2 bilhões referente a débito de exercícios anteriores; ii) IRRF – Rendimento do Trabalho (R\$ 9,3 bilhões ou 21,9%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); iii) Cofins (R\$ 18,3 bilhões ou 17,9%), devido ao aumento das importações e do faturamento das empresas. Por fim, as demais receitas cresceram 37,1%, em grande medida pelo incremento de R\$ 4,0 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel celular, de R\$ 6,4 bilhões na receita de dividendos, e de R\$ 8,0 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevada cotação do preço do petróleo no mercado internacional na maior parte do ano.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/PI/out.)	3,17%	3,51%
CIDE-Combustíveis	0,07%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,15%	0,18%
Demais	0,68%	0,84%
Total	4,07%	4,58%

¹ Inclui auxílio financeiro

As transferências a estados e municípios cresceram 26,0% (R\$ 27,5 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (15,5%). Em proporção do PIB, estas totalizaram 4,6% contra 4,1% em 2007. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 23,9% (R\$ 19,6 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (11,74%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (Imposto de Renda e IPI).

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	10,32%	10,20%
Pessoal e Encargos	4,48%	4,51%
Custeio e Capital	5,82%	5,65%
Despesas do FAT	0,71%	0,72%
Subsídios e Subvenções ¹	0,39%	0,21%
LOAS/RMV	0,55%	0,55%
Outras	4,18%	4,17%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 10,3% (R\$ 27,7 bilhões) em comparação com o ano anterior. O aumento nominal nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de 12,4% (R\$ 14,5 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes às reestruturações de carreiras dos três Poderes. Dessa forma, os gastos com a folha de funcionalismo passaram de 4,48% do PIB, em 2007, para 4,51% do PIB em 2008.

No ano de 2008, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 4,1% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 14,4% acima da variação do PIB. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,73% do PIB para 1,25% do PIB.

Por seu turno, os dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas apresentaram redução nominal de R\$ 4,0 bilhões em relação a 2007. Tal rubrica apresentou redução de 0,18 p.p. do PIB, passando de 0,39% em 2007 para 0,21% em 2008. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo dispêndio de R\$ 1,4 bilhão em securitização agrícola em 2007, sem contrapartida em 2008, bem como o acréscimo nos recebimentos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 1,9 bilhão).

No que se refere às Outras Despesas de Custeio e Capital, houve incremento de 11,4% (R\$ 12,4 bilhões) em relação ao ano anterior, sendo 7,2% (R\$ 6,2 bilhões) referentes a custeio e 27,9% (R\$ 6,2 bilhões) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 4,1% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 14,4% acima da variação do PIB.

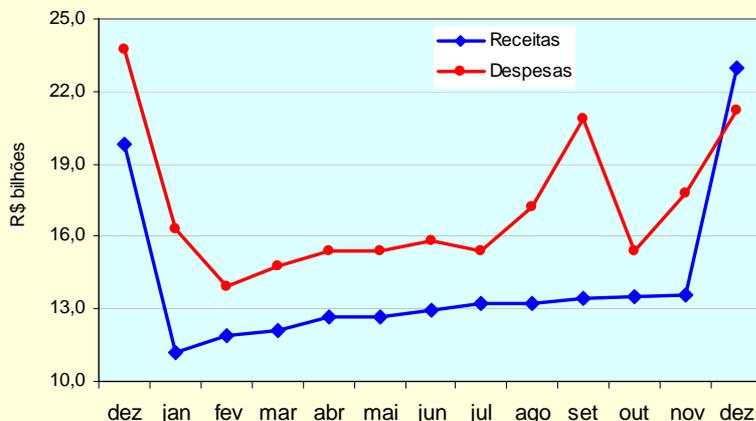
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,9	22,4	2,7%
Valor médio RGPS**	606,7	649,7	7,1%

(*) em milhões

(**) em R\$ 1,00

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 36,2 bilhões em 2008, contra R\$ 44,9 bilhões observados em 2007 (redução de 19,3%). A arrecadação líquida passou de R\$ 140,4 bilhões para R\$ 163,4 bilhões (16,3%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 142,8 bilhões para R\$ 167,8 bilhões (elevação de 17,5%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, com impacto positivo na arrecadação de contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 14,3 bilhões (7,7%), atingindo o montante de R\$ 199,6 bilhões. O déficit primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,25%, 0,48 p.p. inferior ao nível registrado em 2007 (1,73%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,41%	5,63%
Benefícios	7,13%	6,88%
Res. Primário	-1,73%	-1,25%

**RECEITAS E DESPESAS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, 2007/2008**

Boxe 1 – Fundo Soberano do Brasil (FSB)
Tratamento estatístico da operação de integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE)

O Tesouro Nacional realizou, no dia 30 de dezembro de 2008, operação de integralização de cotas do FFIE pelo FSB no valor de R\$ 14.244,0 milhões ao amparo da Lei nº 11.887/2008, da MP nº 452/2008 e do Decreto nº 6.713/2008. A constituição de um fundo soberano no Brasil – tendência verificada em vários países do mundo – visa promover investimentos em ativos no País e no exterior, e assim, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior.

Tratamento estatístico da integralização de cotas do FFIE

Inicialmente é importante destacar que, pelo fato do FFIE possuir natureza privada, os impactos fiscais se apresentam quando da integralização ou venda de cotas do FFIE por parte do FSB. A aquisição ou venda de cotas de fundos de investimento representa, respectivamente, despesa ou receita de natureza primária. Dessa forma, a integralização de cotas do FFIE pelo FSB apresenta impacto fiscal deficitário no cálculo do Resultado Primário do Tesouro Nacional, enquanto a venda das cotas tem impacto superavitário.

O registro na estatística fiscal das operações primárias envolvendo o FFIE será apresentado em nova rubrica intitulada “V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL – FSB” pelo seu valor líquido, ou seja, integralizações menos vendas, sendo o impacto no resultado primário do Governo Central refletido na conta “VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL”. Dessa forma, separa-se tais operações das contas de receitas e despesas. Este tratamento é essencial para evitar descontinuidades nas séries de receitas e despesas, preservar a adequada análise de evolução de tais agregados e, ao mesmo tempo, segregar as operações de aumento ou diminuição de poupança pública através do FFIE.

Características da emissão

A integralização das cotas do FFIE foi realizada considerando o perfil da dívida mobiliária em mercado, com a emissão de 10.201.373 títulos públicos totalizando R\$ 14.244,0 milhões, sendo R\$ 3.171,5 milhões de LTN com vencimento em 01/01/11, R\$ 4.934,2 milhões de NTN-B com vencimentos em 15/08/12, 15/05/13, 15/08/24 e 15/05/35, R\$ 2.040,9 milhões de NTN-F com vencimentos em 01/01/12 e 01/01/13, e R\$ 4.097,3 milhões de LFT com vencimentos em 07/09/10 e 16/03/11. As emissões foram autorizadas pela Portaria STN nº 736, de 30 de dezembro de 2008.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional em dezembro cresceu 8,0% relativamente ao mês anterior em função, sobretudo, de fatores sazonais que determinaram o incremento do IRRF – Rendimentos de Capital e das receitas de concessões.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/08	DEZ/08
Impostos	21.126,9	25.110,1
Imposto de Renda	13.987,5	18.479,5
IPI	3.599,6	3.120,9
Outros	3.539,8	3.509,7
Contribuições	17.659,0	16.588,0
Cofins	10.632,5	9.648,6
CPMF	12,4	9,2
CSLL	2.826,6	2.871,7
Cide - Combustíveis	394,1	363,7
Outras	3.793,4	3.694,8
Demais	4.957,5	5.554,3
Cota parte	1.082,2	889,9
Diretamente Arrecadada	1.665,2	1.868,7
Dividendos da União	498,3	2,5
Concessões	10,1	1.343,5
Outras	1.701,6	1.449,7
Total Bruto	43.743,4	47.252,5

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 47,3 bilhões em dezembro contra R\$ 43,7 bilhões verificados em novembro (crescimento de 8,0%). Este desempenho é explicado pelo incremento de R\$ 5,1 bilhões na receita do IRRF e de R\$ 1,3 bilhão na receita de concessões, bem como pelo decréscimo de R\$ 1,0 bilhão da arrecadação da Cofins.

As receitas de impostos e contribuições federais totalizaram R\$ 41,7 bilhões este mês, apresentando um crescimento de 7,5% em relação ao valor apurado em novembro (R\$ 38,8 bilhões). Esta evolução reflete: i) o incremento de R\$ 3,1 bilhões do IRRF – Rendimentos de Capital, em função de sua apuração semestral sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos com recolhimento no mês de dezembro (Lei nº 10.892/2004); iii) o decréscimo de R\$ 1,0 bilhão na arrecadação da Cofins; e iii) queda de R\$ 478,7 milhões na arrecadação do IPI.

As demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, totalizaram R\$ 5,6 bilhões em dezembro contra os R\$ 5,0 bilhões registrados em novembro, apresentando um crescimento de R\$ 596,8 milhões (12,0%). Tal desempenho advém do incremento de R\$ 1,3 bilhão das receitas de concessões, devido eminentemente à alienação de licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, e da redução de ingressos de dividendos em R\$ 495,8 milhões e da cota-parte de compensações financeiras em R\$ 192,4 milhões.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 foi influenciada pelo desempenho da economia, que impactou os tributos que têm como base o lucro e por mudanças na arrecadação do IRRF, do IOF e do IPI.

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,5% do PIB, dos quais 9,3% correspondem à arrecadação de impostos, 7,4% a contribuições e 2,8% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 73,8 bilhões (15,0%) quando comparada ao ano anterior, passando de R\$ 490,9 bilhões para R\$ 564,7 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao desempenho da economia, especialmente até o mês de outubro de 2008, uma vez que o incremento da arrecadação está muito concentrado em tributos que têm como base o lucro, como o IRPJ e a CSLL.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, no ano, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 14,9 bilhões (21,3%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 9,6 bilhões (27,8%) na arrecadação de CSLL, refletindo a lucratividade de em-

presas de diversos setores, especialmente entre janeiro e setembro de 2008, com destaque para os setores de combustíveis, serviços financeiros, comércio atacadista, fabricação de veículos automotores e metalurgia;

- b) elevação de R\$ 15,4 bilhões (20,1%) no IRRF, principalmente devido ao crescimento de 21,9% no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento de 16,4% da massa salarial no período de dezembro de 2007 a novembro de 2008, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e de janeiro de 2007, em conformidade com a regra de transição constante na Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR);
- c) incremento de R\$ 18,3 bilhões (17,9%) na Cofins e de R\$ 4,9 bilhões (18,3%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores comércio atacadista, de fabricação de veículos automotores, metalurgia, construção civil e telecomunicações;
- d) aumento de R\$ 12,5 bilhões (159,7%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nº 6.306, de 2007, nº 6.339 e nº 6.345, de 2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores, no valor de R\$ 167,0 milhões. Cumpre salientar que contribuiu significativamente para esse resultado o crescimento do volume das operações de crédito das pessoas físicas e jurídicas, no período entre janeiro e novembro de 2008, em relação a igual período do ano anterior;
- e) crescimento de R\$ 5,7 bilhões (16,8%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI – Automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno e de mudança de prazo de recolhimento, de decendial para mensal, com impacto a partir de junho; IPI – Outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de fabricação de equipamentos de transporte, de instrumentação médico-hospitalares, ópticos e para automação industrial; e IPI vinculado às importações, decorrente da elevação de 43,9% no valor em dólar das importações tributadas e de 0,8% na alíquota média efetiva do imposto, e da redução de 5,7% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 5,0 bilhões (40,7%) no Imposto de Importação, decorrente da elevação de 43,9% no valor em dólar das importações tributadas e de

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	214.407,5	269.274,5
Imposto de Renda	160.137,5	191.755,1
IPI	33.793,9	39.466,1
Outros	20.476,1	38.053,4
Contribuições	218.148,1	215.427,1
Cofins	102.463,0	120.801,2
CPMF	36.483,1	1.147,8
CSLL	34.411,1	43.969,6
Cide - Combustíveis	7.938,4	5.934,3
Outras	36.852,5	43.574,2
Demais	58.368,8	80.019,5
Cota parte	17.026,2	25.031,7
Diretamente Arrecadada	18.491,8	22.458,7
Dividendos da União	6.977,1	13.363,8
Concessões	2.064,0	6.080,0
Outras	13.809,7	13.085,4
Total Bruto	490.924,4	564.721,2

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	8,25%	9,28%
Imposto de Renda	6,16%	6,61%
IPI	1,30%	1,36%
Outros	0,79%	1,31%
Contribuições	8,40%	7,42%
Cofins	3,94%	4,16%
CPMF	1,40%	0,04%
CSLL	1,32%	1,51%
Cide - Combustíveis	0,31%	0,20%
Outras	1,42%	1,50%
Demais	2,25%	2,76%
Cota parte	0,66%	0,86%
Diretamente Arrecadada	0,71%	0,77%
Dividendos da União	0,27%	0,46%
Concessões	0,08%	0,21%
Outras	0,53%	0,45%
Total Bruto	18,90%	19,46%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Demais	58.368,8	80.019,5
Cota parte	17.026,2	25.031,7
Plano do Servidor (CPSS)	6.952,8	8.140,3
Diretamente Arrecadada	18.491,8	22.458,7
Dividendos da União	6.977,1	13.363,8
Concessões	2.064,0	6.080,0
Outras	6.856,9	4.945,0

4,1% na alíquota média do imposto, e da redução de 5,7% na taxa média de câmbio;

- g) acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (9,8%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da alienação de bens (participações acionárias) e ao item declaração de ajuste; e
- h) redução de R\$ 35,3 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2007	2008
Petrobras	2.588,1	2.170,8
Banco do Brasil	1.607,6	1.798,2
CEF	996,8	2.124,6
BNDES	923,6	6.016,5
Eletrobrás	124,4	263,1
ECT	267,2	403,1
IRB	15,8	86,0
Serpro	29,4	57,0
BASA	120,0	74,4
FND	32,2	26,8
BNB	117,9	69,6
Demais	154,3	273,8
Total	6.977,1	13.363,8

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 21,7 bilhões (37,1%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente do: i) incremento de R\$ 8,0 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em decorrência dos elevados preços internacionais do petróleo durante a maior parte do ano; ii) crescimento de R\$ 6,4 bilhões na arrecadação de dividendos da União; iii) aumento de R\$ 4,0 bilhões nas receitas de concessões, explicada, em grande medida, pela arrecadação, em março de 2008, relativa à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em maio e dezembro, relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, todas sem correspondência em idênticos períodos do ano anterior; e iv) aumento de R\$ 4,0 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/08	DEZ/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.120,7	11.592,0
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	1.595,3	1.329,7
Demais	3.545,4	1.594,2
Total	14.261,4	14.515,9

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
Decêndio	Nov	Dez
Terceiro Decêndio	12.772,0	8.202,3
Primeiro Decêndio	3.004,7	5.861,5
Segundo Decêndio	4.204,9	5.339,4
Total	19.981,6	19.403,3

Em dezembro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 14,5 bilhões contra R\$ 14,3 bilhões em novembro, apresentando um crescimento de R\$ 254,5 milhões. Concorreram para este comportamento: i) o incremento de R\$ 2,5 bilhões (27,1%) nas transferências constitucionais; e ii) a queda de R\$ 1,9 bilhão nos repasses de royalties e participação especial pela exploração de petróleo a gás natural, que atingiu R\$ 0,8 bilhão em dezembro, contra R\$ 2,8 bilhões registrados em novembro. O comportamento das transferências constitucionais é explicado: i) pela maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no primeiro decêndio de dezembro; ii) pelo repasse de R\$ 2,2 bilhões a título de adicional de 1% ao FPM, entregue no 1º decêndio do mês de dezembro de cada ano, conforme EC nº 55/2007; e iii) pelo repasse atípico de R\$ 738,2 milhões em decorrência da conclusão do processo de classificação dos valores arrecadados a título de depósitos judiciais de Dívida Ativa no período de dezembro de 1998 a junho de 2008.

No ano, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 27,5 bilhões (26,0%) em relação ao ano anterior, elevando-se de R\$ 105,6 bilhões em 2007 para R\$ 133,1 bilhões em 2008. Tal ele-

vação é explicada, em grande medida: i) pelo aumento de R\$ 19,6 bilhões (23,9%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período; ii) pelo acréscimo de R\$ 5,0 bilhões (45,7%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo a gás natural, explicado pelos elevados preços internacionais do petróleo na maior parte do ano; e iii) pela transferência de R\$ 3,3 bilhões a título de prestação de auxílio financeiro com o objetivo de fomentar as exportações, de acordo com os critérios previstos na Lei nº 11.793/2008.

Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 39,1 bilhões contra R\$ 27,4 bilhões no mês anterior, apresentando acréscimo de R\$ 11,7 bilhões (42,8%) relativamente ao mês de novembro. Os gastos com custeio e capital alcançaram R\$ 23,1 bilhões contra R\$ 14,8 bilhões no mês anterior, registrando variação de R\$ 8,3 bilhões (55,8%). As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram R\$ 15,9 bilhões, aumento de R\$ 3,4 bilhões (27,3%) em relação a novembro.

O acréscimo registrado nas despesas de pessoal e encargos sociais decorreu da sazonalidade dos gastos com o pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo e das férias do funcionalismo público federal.

No caso dos gastos com custeio e capital, o crescimento está associado ao aumento de R\$ 8,0 bilhões (74,0%) na rubrica de Outras Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 139,9 milhões (13,1%) nas despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas. Por sua vez, as despesas com LOAS/RMV permaneceram praticamente estáveis, variação de R\$ 13,7 milhões (1,0%).

Contribuiu para o crescimento das Outras Despesas de Custeio e Capital, os gastos discricionários, cuja execução somou R\$ 14,8 bilhões, aumento de R\$ 5,8 bilhões (64,7%) e, o PPI que somou R\$ 1,4 bilhão, incremento de R\$ 521,9 milhões (58,2%) em relação ao mês anterior. Destacaram-se também as Outras Obrigatórias que totalizaram R\$ 880,0 milhões em dezembro, contra R\$ 95,0 milhões no mês anterior, (826,0%), em função da integralização de cotas da Corporação Andina de Fomento e da Associação Internacional de Desenvolvimento no montante de R\$ 551,0 milhões e de R\$ 81,0 milhões, respectivamente. Dentre os Ministérios que apresentaram maior crescimento, destacam-se os gastos dos Ministérios da Saúde (R\$ 2,0 bilhões), Defesa (R\$ 842,2 milhões), Ciência e Tecnologia (R\$ 663,9 milhões) e Justiça (R\$ 519,4 milhões).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	82.239,0	101.880,6
CIDE - Combustíveis	1.850,2	1.578,9
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	3.887,8	5.216,1
Demais	17.627,7	24.399,9
Total	105.604,7	133.075,5

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/08	DEZ/08
Pessoal e Encargos	12.456,1	15.859,9
Custeio e Capital	14.819,7	23.087,8
Despesas do FAT	1.581,0	1.708,8
Subsídios e Subvenções ¹	1.064,4	1.204,3
LOAS/RMV	1378,4	1392,1
Outras	10.796,0	18.782,6
Transferência ao Bacen	106,0	145,9

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Em dezembro, a variação nos dispêndios do Tesouro Nacional deveu-se à maior dinâmica de execução dos gastos discricionários e ao pagamento da 2ª parcela do 13º salário do Poder Executivo, além de férias do funcionalismo público federal.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/08	DEZ/08
Sentenças Judiciais	22,2	21,2
Legislativo/Judiciário	441,7	664,3
Crédito Extraordinário ¹	371,9	1.023,1
Projeto Piloto de Investimento ²	896,1	1.418,0
Outras ³	95,0	880,0
Discricionárias	8.969,0	14.776,0
d/q Min. da Saúde	3.230,8	5.203,6
Min. do Des. Social	1.134,4	1.391,2
Min. da Educação	1.161,0	1.526,2
Min. da Defesa	963,9	1.806,1
Min. da Ciência e Tec.	278,6	942,5
Min. do Des. Agrário	236,2	295,4
Min. da Justiça	211,5	730,8
Min. da Previdência	124,1	231,3
Min. das Cidades	134,9	356,4
Demais	1.493,6	2.292,5
Total	10.796,0	18.782,6

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

No âmbito das despesas com subsídios e subvenções econômicas, algumas rubricas registraram importantes variações. Houve crescimento nas despesas do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, R\$ 155,2 milhões (481,0%), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, R\$ 114,6 milhões (442,4%) e do Fundo da Terra/Incra, R\$ 95,0 milhões (68,8%). Por outro lado, registrou decréscimo o Programa de Financiamento às Exportações – Proex, cujo resultado líquido em relação ao mês anterior foi de R\$ 109,0 milhões (186,4%).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional passaram de 10,32% do PIB, em 2007, para 10,20% do PIB, em 2008, redução de 0,12 p.p. do PIB.

No ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,20% do PIB, contra 10,32% em 2007, redução de 0,12 p.p. do PIB. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 27,7 bilhões (10,3%) em relação a 2007, abaixo do crescimento nominal do PIB no período (estimado em 11,74%). Destacam-se os incrementos de R\$ 14,5 bilhões (12,4% ou 0,03 p.p. do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais e R\$ 12,8 bilhões (8,4% ou 0,17 p. p. do PIB) nos gastos com custeio e capital.

Os dispêndios com a folha salarial passaram de 4,48% do PIB, em 2007, para 4,51% do PIB, em 2008. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos gastos com a folha salarial foi de R\$ 4,1 bilhão (4,7%) em relação a 2007. Nesse valor estão computados precatórios relativos aos Poderes, na quantia de R\$ 3,4 bilhões, pagos pelas Justiças, Federal e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 2,4 bilhões no ano anterior. Verificou-se o incremento de R\$ 10,1 bilhões no âmbito das despesas do Poder Executivo, em função principalmente, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares, além do crescimento vegetativo.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	10,32%	10,20%
Pessoal e Encargos	4,48%	4,51%
Custeio e Capital	5,82%	5,65%
Despesas do FAT	0,71%	0,72%
Subsídios e Subvenções ¹	0,39%	0,21%
LOAS/RMV	0,55%	0,55%
Outras	4,18%	4,17%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2007	2008
Agricultura	6.477,2	3.618,6
Custeio Agropecuário	956,7	446,2
Investimento Rural	27,5	28,4
Preços Agrícolas	1.087,7	786,6
- EGF	30,9	7,8
- AGF	-124,3	-157,1
- Sustent. de preços	1.181,1	935,9
Pronaf	900,5	895,0
Pesa	541,7	475,8
Cacau	0,3	0,0
Securitização	1.438,4	0,0
Fundo da Terra/Incra	1.521,8	963,0
FUNCAFÉ	2,6	23,7
Outros	826,8	-937,4
Habituação (PSH)	126,8	332,2
FND	465,9	-1.386,0
Exportação (Proex)	234,1	116,5
Total	7.304,0	2.681,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

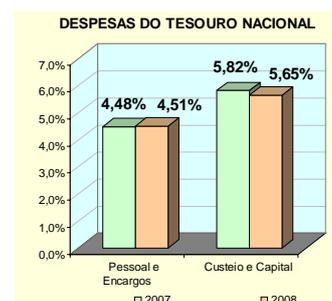
As despesas do FAT atingiram R\$ 21,0 bilhões em 2008, contra R\$ 18,5 bilhões no ano anterior, crescimento de R\$ 2,6 bilhões (13,8% ou 0,01 p.p. do PIB). Dentre os fatores que explicam o crescimento das despesas do abono salarial e seguro desemprego destaca-se o aumento do salário mínimo, que impacta o valor do benefício do seguro-desemprego e do abono salarial, além do crescimento do número de assalariados celetistas no mercado de trabalho brasileiro com elevado índice de rotatividade de mão-de-obra.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos totalizaram R\$ 6,0 bilhões em 2008 (0,21% do PIB) contra R\$ 10,0 bilhões em 2007 (0,39% do PIB), uma queda de 0,18 p.p do PIB. As principais reduções foram: i) o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, com redução de R\$ 1,9 bilhão (397,5%); ii) Securitização da Dívida Agrícola, sem desembol-

so financeiro em 2008 frente ao montante de R\$ 1,4 bilhão no ano anterior; iii) o Fundo da Terra/INCRA, R\$ 558,8 milhões (36,7%); e, iv) o Programa Garantia e Sustentação de Preços, R\$ 245,2 milhões (20,8%).

Por outro lado, foi registrado aumento nas despesas de subvenções aos fundos regionais de R\$ 481,6 milhões (21,7%) e no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, de R\$ 205,4 milhões (162,0%).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 1,8 bilhão (13,0%) em relação ao ano de 2007. Essa variação pode ser explicada pelo reajuste do salário mínimo e também pela quantidade de benefícios pagos que aumentaram 9% em relação a 2007 (média contra média). Do total de benefícios pagos 1,4 milhão foi relativo aos idosos, variação de 10% e 1,5 milhão aos portadores de necessidades especiais, aumento de 9% em relação à média do ano anterior.



**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2007-2008**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%

As Outras Despesas de Custeio e Capital totalizaram R\$ 121,0 bilhões com acréscimo de R\$ 12,4 bilhões (11,4%) em relação a 2007. As despesas mais expressivas foram as Discricionárias, R\$ 97,5 bilhões, (11,1%), os gastos com o Projeto Piloto de Investimento (PPI), R\$ 7,8 bilhões, (53,6%) e Outras Obrigatórias, R\$ 1,8 bilhão, (51,3%). Em contrapartida, houve decréscimo no desempenho da execução dos créditos extraordinários, R\$ 1,8 bilhão, (21,1%) em relação a 2007.

No caso das despesas discricionárias, com variação nominal positiva de R\$ 9,7 bilhões, os Ministérios cujos gastos refletiram esse desempenho foram: Saúde (R\$ 4,6 bilhões), Educação (R\$ 2,9 bilhões), Desenvolvimento Social (R\$ 1,7 bilhão), Defesa (R\$ 682,4 milhões) e, Justiça (R\$ 666,5 milhões).

A execução financeira do PPI atingiu R\$ 7,8 bilhões em 2008 contra R\$ 5,1 bilhões em 2007, incremento de R\$ 2,7 bilhões (53,6%) em relação ao

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, JAN - DEZ (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.221,7	1.526,4
Legislativo/Judiciário	4.804,5	5.636,4
Crédito Extraordinário ¹	8.545,4	6.743,4
Projeto Piloto de Investimento ²	5.101,7	7.837,3
Outras ³	1.183,7	1.791,4
Discricionárias	87.750,6	97.458,2
d/q Min. da Saúde	36.111,4	40.749,5
Min. do Des. Social	11.250,3	12.908,0
Min. da Educação	7.874,9	10.773,8
Min. da Defesa	6.898,2	7.580,6
Min. da Ciência e Tec.	3.236,8	3.706,1
Min. do Des. Agrário	1.792,1	1.921,3
Min. da Previdência	1.469,8	1.333,6
Min. da Justiça	1.572,1	2.238,7
Min. dos Transportes	1.465,7	1.453,2
Demais	16.079,3	14.793,5
Total	108.607,6	120.993,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

ano anterior. Do total dos investimentos realizados (Tabela 11), houve um crescimento de 27,9%, com execução de R\$ 28,3 bilhões em 2008, contra R\$ 22,1 bilhões no ano anterior, sendo que os Ministérios com os valores mais expressivos foram Transportes (R\$ 6,0 bilhões) e Cidades (R\$ 4,9 bilhões).

Os gastos com custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 5,6 bilhões, representando incremento de R\$ 831,9 milhões (17,3%). As despesas com sentenças judiciais totalizaram R\$ 1,5 bilhão até dezembro contra R\$ 1,2 bilhão em 2007, aumento de 24,9%.



O montante pago de restos a pagar – RP (Decreto de Programação Financeira) correspondeu a R\$ 13,4 bilhões, equivalentes a 60,6% do total de RP inscritos líquidos (menos cancelamentos). Do total de restos a pagar pagos até dezembro, R\$ 7,5 bilhões referem-se às despesas com investimentos e inversões financeiras, concentrando-se principalmente, nos Ministérios: i) Educação (R\$ 951,8 milhões); ii) Saúde (R\$ 941,4 milhões); iii) Defesa (R\$ 922,4 milhão); e, iv) Cidades (R\$ 860,6 milhão).

No âmbito do Poder Executivo, os principais programas custeados por restos a pagar foram: i) Saneamento Ambiental Urbano, Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos e Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (R\$2,8 bilhões); ii) os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul, Leste e Nordeste (R\$ 2,4 bilhões); iii) a manutenção da malha rodoviária (R\$ 1,7 bilhão); iv) Universidade do Século XXI e Brasil Escolarizado (R\$ 1,3 bilhão); e, v) Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira e Proteção e Segurança do Tráfego Aéreo (R\$ 787,8 milhões).

Previdência Social

Em dezembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou superávit de R\$ 1,7 bilhão, superior em R\$ 6,0 bilhões ao resultado registrado em novembro. Isso decorreu basicamente da elevação da arrecadação líquida de contribuições sociais, que superou o incremento dos pagamentos de benefícios previdenciários. A elevação das receitas previdenciárias se deve às contribuições incidentes sobre o pagamento das gratificações natalinas aos trabalhadores, enquanto o aumento dos gastos se explica pelo pagamento da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 36,2 bilhões contra R\$ 44,9 bilhões observados em 2007 (decréscimo de 19,3%).

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	NOV	DEZ	JAN - DEZ	
	2008	2008	2007	2008
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	13.559,2	22.964,2	140.411,8	163.355,3
Arrecadação Bruta	15.027,5	24.521,7	154.589,4	180.891,1
- Contribuição Previdenciária	13.813,7	23.139,5	142.774,2	167.758,1
- Simples	975,9	968,6	9.080,1	10.730,0
- CFT	0,0	222,9	689,7	674,6
- Depósitos Judiciais	209,6	169,6	1.477,1	1.423,5
- Refis	28,3	21,2	287,4	304,9
- Outras Receitas	0,0	0,0	280,9	0,0
(-) Restituição/Devolução	-61,1	-116,1	-520,1	-545,2
(-) Transferências a Terceiros	-1.407,2	-1.441,5	-13.657,5	-16.990,6
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	17.783,9	21.226,7	185.293,4	199.562,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-4.224,7	1.737,5	-44.881,7	-36.206,7
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,73%	-1,25%

Em dezembro, o superávit da Previdência Social foi de R\$ 1,7 bilhão. Em 2008, o déficit atingiu R\$ 36,2 bilhões, equivalentes a 1,25% do PIB. O déficit do RGPS foi 19,3% inferior ao verificado em 2007. Em proporção do PIB, o déficit previdenciário caiu 0,48 ponto percentual.

Em 2008, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 163,4 bilhões, representando elevação de R\$ 22,9 bilhões (16,3%) frente aos ingressos líquidos do ano anterior. Esse crescimento se explica sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2007 e novembro de 2008 foi 16,4% superior à verificada no período correspondente em 2006/2007.

As despesas com benefícios totalizaram R\$ 199,6 bilhões em 2008, representando crescimento de R\$ 14,3 bilhões (7,7%) com relação a 2007. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 43,02 (7,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 580,2 mil (2,7%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

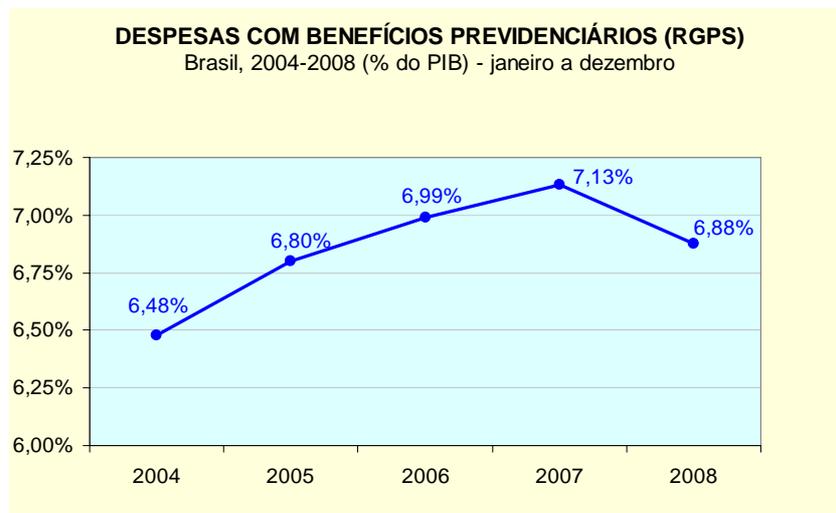
O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos. Observa-se que tais despesas reduziram-se, em percentual do PIB, entre 2007 e 2008: de 7,13% para 6,88%.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - DEZ (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	140.411,8	163.355,3	16,3%
Benefícios	185.293,4	199.562,0	7,7%
Res. Primário	-44.881,7	-36.206,7	-19,3%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,9	22,4	2,7%
Valor médio RGPS**	606,7	649,7	7,1%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 7,13% do PIB em 2007 para 6,88% do PIB em 2008.



No estoque de benefícios de 2008 comparativamente ao ano anterior, destacam-se os aumentos de 541,1 mil aposentadorias (3,9%) e de 180,4 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 154,3 mil benefícios de auxílio-doença (10,3%).

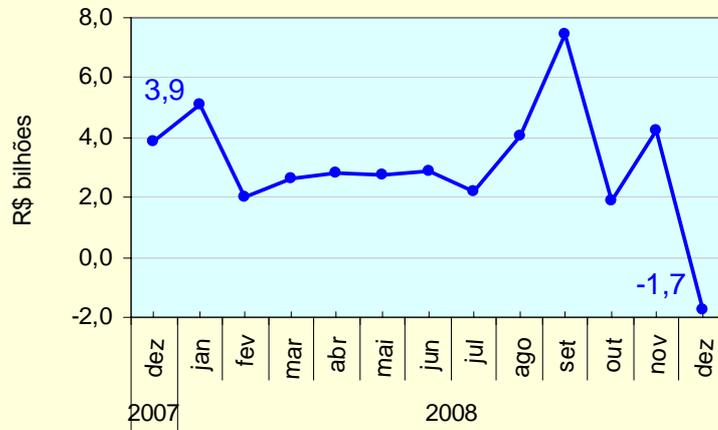
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

	Em mil benefícios			
	NOV	DEZ	JAN-DEZ	
	2008	2008	2007	2008
Benefícios do RGPS	22.723	22.776	21.854	22.435
Previdenciários	21.918	21.973	21.101	21.649
Aposentadorias	14.404	14.453	13.642	14.179
Idade	7.467	7.500	7.039	7.340
Invalidez	2.832	2.835	2.738	2.803
Tempo de contribuição	4.105	4.118	3.864	4.036
Pensão por morte	6.255	6.275	6.004	6.185
Auxílio-Doença	1.161	1.145	1.376	1.191
Salário - maternidade	54	55	42	51
Outros	45	45	37	43
Acidentários	804	804	754	785
Aposentadorias	153	153	148	151
Pensão por morte	128	128	129	128
Auxílio - doença	171	171	123	153
Auxílio - acidente	273	273	270	272
Auxílio - suplementar	80	79	84	81

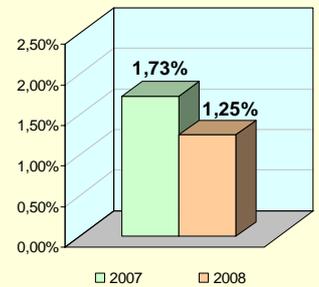
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,41%	5,63%
Benefícios	7,13%	6,88%
Res. Primário	-1,73%	-1,25%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,22 ponto percentual em relação ao ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se de 0,26 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,25% do PIB, 0,48 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em 2007 (1,73%).

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007/2008



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Dez (% do PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em dezembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 823,9 bilhões ou 27,7 % do PIB.



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN totalizou R\$ 823,9 bilhões em dezembro, perfazendo o equivalente a 27,7% do PIB. Em relação ao mês anterior houve crescimento de R\$ 76,1 bilhões, decorrente do maior volume no estoque total da dívida do Tesouro Nacional, R\$ 106,3 bilhões, compensado em parte pela expansão de R\$ 30,2 bilhões nos haveres do Tesouro Nacional. Em proporção do PIB, o aumento da DLTN foi de 2,7 pontos percentuais em relação ao registrado em novembro.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	DEZ	NOV	DEZ
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	599.977	618.212	691.688
I.1. Dívida Interna	1.587.588	1.660.274	1.764.096
I.2. Haveres Internos	987.611	1.042.062	1.072.408
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	109.948	129.556	132.187
II.1. Dívida Externa	110.228	129.984	132.512
II.2. Haveres Externos	280	428	325
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	709.925	747.768	823.875
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[†]	25,9%	25,0%	27,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

† PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB aumentou 1,8 ponto percentual, passando de 25,9% em dezembro de 2007 para 27,7% em dezembro de 2008. Em termos nominais, o crescimento foi de R\$ 114,0 bilhões no mesmo período, a expansão de R\$ 84,8 bilhões nos haveres do Tesouro Nacional compensou em parte o aumento de R\$ 176,5 bilhões no estoque da Dívida Interna e de R\$ 22,3 bilhões no saldo da Dívida Externa.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 691,7 bilhões, o equivalente a 23,3% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 73,5 bilhões em termos nominais e 2,6 pontos percentuais do PIB. Comparativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB cresceu 1,4 ponto percentual, passando de 21,9% em dezembro de 2007 para 23,3% em dezembro de 2008. Nesta comparação, em termos nominais houve

crescimento da dívida de R\$ 176,5 bilhões no mesmo período, mas o incremento de R\$ 84,8 bilhões nos haveres internos compensou em parte esse aumento.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007 DEZ	2008 NOV	2008 DEZ
I. DÍVIDA INTERNA	1.587.588	1.660.274	1.764.096
I.1. Dívida Mobiliária	1.565.097	1.637.805	1.741.680
DPMFi em Poder do Público ¹	1.219.726	1.244.394	1.264.823
DPMFi em Poder do Banco Central	355.346	412.006	494.311
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(9.975)	(18.594)	(17.454)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.491	22.468	22.416
II. HAVERES INTERNOS	987.611	1.042.062	1.072.408
II.1. Disponibilidades Internas	275.868	236.940	262.995
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	412.322	452.542	451.960
II.3. Haveres da Administração Indireta	191.885	206.318	210.225
II.4. Haveres Administrados pela STN	107.537	146.262	147.228
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	599.977	618.212	691.688
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,9%	20,7%	23,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, principal componente da dívida interna, aumentou, em relação ao mês anterior, R\$ 103,9 bilhões em termos nominais e 3,9 pontos percentuais em percentual do PIB. Em comparação ao mês de dezembro do ano anterior, o aumento foi de 1,4% em relação ao PIB, passando de 57,2% para 54,6%.

A apropriação positiva de juros de R\$ 12,6 bilhões juntamente com as emissões líquidas no mês, dentre as quais a emissão de títulos para a integralização de cotas do Fundo Soberano do Brasil – FSB no montante de R\$ 14,2 bilhões, impactaram o estoque de títulos em poder do público. Foram R\$ 41,6 bilhões de emissões contra R\$ 33,7 bilhões de resgates. Na carteira do Banco Central, a variação de R\$ 82,3 bilhões no estoque foi decorrente da emissão de R\$ 77,0 bilhões no âmbito do relacionamento daquela instituição com o Tesouro Nacional e da apropriação de R\$ 5,3 bilhões de juros.

Em relação à dívida em poder do público, as variações mais significativas ocorreram nos saldos da LFT, com resgate líquido de R\$ 7,8 bilhões e a apropriação de juros de R\$ 4,9 bilhões, da LTN, com emissão líquida de R\$ 7,5 bilhões e juros de R\$ 2,5 bilhões, e ainda da NTN-B cuja emissão líquida alcançou R\$ 5,9 bilhões e a apropriação de juros atingiu R\$ 2,7 bilhões.



DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2007/2008

Título	R\$ bilhões		
	2007 DEZ	2008 NOV	2008 DEZ
Em Poder do Público	1.220	1.244	1.265
LFT	425	456	453
LTN	312	229	239
NTN-B	238	290	299
NTN-C	65	59	59
NTN-F	128	164	168
Demais ¹	52	46	47
Aplic. em Tit. Púb.	-10	-19	-17
Na carteira do BCB	355	412	494
Total	1.565	1.638	1.742
% PIB	57,19%	54,75%	58,64%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em dezembro, a Dívida Interna Líquida tomada em proporção do PIB totalizou R\$ 691,7 bilhões, o equivalente a 23,3% do PIB.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, DEZ/2008

R\$ bilhões

Título	Saldo Nov/08	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Dez/08
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.244,4	41,6	-33,7	12,6	1.264,8
LFT	456,0	20,8	-28,5	4,9	453,1
LTN	229,2	10,0	-2,5	2,5	239,1
NTN-B	290,3	6,6	-0,7	2,7	298,9
NTN-C	58,7	0,0	0,0	0,4	59,1
NTN-F	164,2	2,2	0,0	1,6	168,0
Demais ¹⁴	46,1	2,0	-1,9	0,4	46,5
Na carteira do BCB	412,0	77,0	0,0	5,3	494,3
Total	1.656,4	118,6	-33,7	17,8	1.759,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹⁷ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2007/2008

R\$ bilhões

Discriminação	2008		
	2007 DEZ	NOV	DEZ
Lei 9.496/97	285,2	320,2	320,3
MP 2.185/01	44,1	50,2	50,1
Lei 8.727/93	43,4	41,8	41,6
Antecipação de Royalties	14,0	13,1	13,1
Bônus Renegociados	7,6	9,0	9,0
Lei 7.976/89	1,8	1,4	1,1
Demais Haveres	16,2	16,8	16,8
Total	412,3	452,5	452,0
% PIB	15,07%	15,13%	15,22%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2007/2008

R\$ bilhões

Entidade	2008		
	2007 DEZ	NOV	DEZ
FAT	126,9	134,9	137,0
Fundos Regionais	38,5	44,4	44,9
Demais	26,4	27,0	28,3
Total	191,9	206,3	210,2

Os Haveres do Tesouro Nacional, por sua vez, também cresceram R\$ 30,2 bilhões em relação ao mês anterior, ou 1,3 ponto percentual do PIB. Aumentaram as disponibilidades internas em R\$ 26,1 bilhões, os haveres da Administração Indireta em R\$ 3,9 bilhões e os haveres administrados pela STN em R\$ 965,9 milhões. Os haveres juntos aos governos regionais tiveram redução de R\$ 581,8 milhões no mesmo período.

No caso dos saldos dos haveres da administração indireta, o crescimento foi resultado principalmente da expansão das disponibilidades do FAT em R\$ 2,1 bilhões e do aumento dos demais fundos em R\$ 1,3 bilhão.

Por seu turno, as variações mais expressivas ocorridas nos saldos dos haveres administrados pela STN decorreram da atualização regular dos contratos e, também, da depreciação cambial, que resultou em impacto nos saldos devedores de alguns contratos indexados à moeda americana.

Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em dezembro totalizou R\$ 132,2 bilhões contra R\$ 129,6 bilhões em novembro, aumento de R\$ 2,6 bilhões. Em proporção do PIB, evoluiu de 4,3% no mês anterior para 4,5% em dezembro (aumento de 0,1 ponto percentual).

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	DEZ	NOV	DEZ
I. DÍVIDA EXTERNA	110.228	129.984	132.512
I.1. Dívida Mobiliária	85.615	99.035	100.925
Euro	11.631	12.133	13.359
Global US\$	62.983	75.872	76.433
Global BRL	10.664	10.664	10.763
Demais	337	367	369
I.2. Dívida Contratual	24.613	30.949	31.587
Organismos Internacionais	20.486	25.865	26.514
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.127	5.084	5.073
II. HAVERES EXTERNOS	280	428	325
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	280	428	325
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	109.948	129.556	132.187
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹¹	4,0%	4,3%	4,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

A Dívida Externa Líquida em dezembro totalizou R\$ 132,2 bilhões, equivalente a 4,5% do PIB. Esse saldo é superior ao do mês anterior em R\$ 2,6 bilhões, explicado pela depreciação cambial ocorrida no mês.

Esse aumento decorreu basicamente da depreciação cambial no período, que contribuiu para o aumento da dívida expressa em moeda nacional. O impacto da variação cambial registrada no mês foi de R\$ 1,7 bilhão, além da incorporação de juros de R\$ 966,0 milhões contra um resgate líquido de R\$ 147,0 milhões. A dívida mobiliária somou R\$ 100,9 bilhões, o que representa 76,2% do total. Por seu turno, a dívida contratual totalizou R\$ 31,6 bilhões, o que corresponde a 23,8% do total.

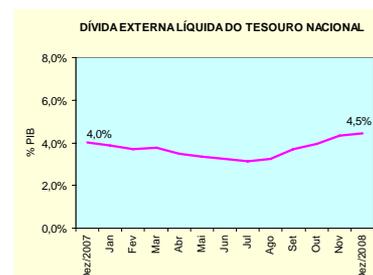
TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, DEZ/2008

Discriminação	Saldo Nov/08	Fatores de Variação ¹¹				Saldo Dez/08
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	99.035	-	(138)	830	1.198	100.925
Global US\$	75.872	-	(138)	573	127	76.433
Euro	12.133	-	-	156	1.070	13.359
Global BRL	10.664	-	-	99	(0)	10.763
Demais	367	-	-	2	1	369
Dívida Contratual	30.949	411	(420)	136	512	31.587
Org. Internacionais	25.865	334	(226)	109	433	26.514
Bancos Priv./Ag. Gov.	5.084	77	(194)	27	79	5.073
Total	129.984	411	(558)	966	1.709	132.512

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.



Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 22,2 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 109,9

bilhões em dezembro de 2007 para R\$ 132,2 bilhões em dezembro de 2008. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,4 ponto percentual.

Boxe 2 – Brasil abre novo título de 10 anos no mercado externo

O Tesouro Nacional emitiu, no dia 6 de janeiro de 2009, seu novo *benchmark* de 10 anos, o bônus Global 2019, no valor de US\$ 1,025 bilhão, sendo US\$ 1,00 bilhão nos mercados europeu e norte-americano e US\$ 25 milhões no mercado asiático. O Bônus de 10 anos foi vendido ao preço de 98,135% do seu valor de face, resultando em *yield* (taxa de retorno para o investidor) de 6,127% a.a.. O *spread* da operação foi de 370 pontos-base acima do *Treasury* (título do tesouro americano) com vencimento em novembro de 2018, o que representa um resultado positivo em relação a outras operações observadas no mercado.

Com esse lançamento o Brasil foi o segundo país emergente a acessar o mercado externo, após o recrudescimento da crise global, em setembro do ano passado. Esse fato foi entendido como sinal de confiança do mercado em relação à economia brasileira e uma importante sinalização quanto às condições de mercado vigentes. Esta emissão se destaca também pelo seu caráter qualitativo, ao buscar o aperfeiçoamento do perfil do passivo externo, com vistas a consolidar a curva de juros externa em dólares por meio da manutenção de pontos de referência (*benchmarks*), importante também para o setor privado. Foi a primeira emissão feita pela República após ter recebido o grau de investimento de duas agências de classificação de risco. Esse fato ajuda a reforçar o reconhecimento do Brasil pela comunidade internacional como integrante de um grupo restrito de países cuja política econômica é considerada sólida e conduzida com responsabilidade.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Dezembro 2008/2007

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Dez/2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2008
I. RECEITA TOTAL	67.121,6	64.569,1	50.116,0	55.681,6	63.541,4	54.830,1	56.207,5	62.844,4	58.451,1	60.006,9	65.795,2	55.273,6	69.330,2
I.1. Receitas do Tesouro	47.081,3	53.226,3	38.065,6	43.408,4	50.766,5	42.038,1	43.132,7	49.488,4	45.128,5	46.373,6	52.056,0	41.496,7	46.151,5
I.1.1. Receita Bruta	48.837,2	53.477,4	38.286,5	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,3	53.869,0	43.743,4	47.252,5
- Impostos	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6	25.660,8	21.126,9	25.110,1
- Contribuições	20.239,2	20.987,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2	20.324,5	17.659,0	16.588,0
- Demais ¹	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,6	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,3	8.546,9	7.890,4	7.883,7	4.957,5	5.554,3
I.1.2. (-) Restituições	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6	-1.813,0	-2.246,7	-1.099,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1
I.2. Receitas da Previdência Social	19.828,3	11.206,9	11.927,5	12.134,0	12.641,6	12.650,0	12.942,8	13.230,2	13.193,2	13.430,0	13.475,7	13.559,2	22.964,2
I.3. Receitas do Banco Central	212,0	135,8	122,9	139,2	133,3	141,9	132,0	125,7	129,4	203,3	263,4	217,7	214,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.465,8	10.217,4	11.350,3	9.891,9	10.442,0	11.894,4	9.442,9	9.265,8	12.080,6	9.530,0	10.182,9	14.261,4	14.515,9
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4	7.281,2	9.120,7	11.592,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,7
II.3. Transferências da Cide	0,0	471,6	0,0	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0	0,0	276,2	0,0	0,0
II.4. Demais	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0	1.813,0	3.545,4	1.594,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-III)	55.655,8	54.351,6	38.765,7	45.789,8	53.099,4	42.935,7	46.764,6	53.578,6	46.370,5	50.477,0	55.612,3	41.012,2	54.814,3
IV. DESPESA TOTAL	63.708,2	38.989,1	33.548,4	35.182,9	36.378,7	37.385,2	38.843,9	46.376,8	40.103,1	44.343,8	40.747,3	45.434,0	60.593,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	13.240,5	12.570,9	9.506,4	9.031,8	9.074,9	9.387,7	10.029,8	13.016,3	9.524,0	9.949,1	10.422,2	12.456,1	15.859,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	23.714,2	16.295,8	13.954,8	14.769,9	15.428,8	15.403,5	15.806,1	15.407,5	17.253,5	20.846,5	15.384,9	17.783,9	21.226,7
IV.3. Custeio e Capital	26.396,6	9.900,3	9.901,5	11.128,2	11.628,6	12.369,7	12.783,3	17.706,0	13.088,6	13.130,3	14.517,4	14.819,7	23.087,8
IV.3.1. Despesa do FAT	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4	1.911,4	2.297,3	1.581,0	1.708,8
- Abono e Seguro Desemprego	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8	2.221,1	1.513,1	1.590,0
- Demais Despesas do FAT	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2	44,7	76,2	67,9	118,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	2.055,1	436,0	173,3	483,3	555,6	326,5	521,3	1.299,0	-1.304,3	410,0	836,5	1.064,4	1.204,3
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.880,0	231,2	115,8	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	240,6	737,2	687,7	872,8
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	175,2	204,7	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	173,5	343,2	169,4	99,3	376,7	331,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8	1.375,4	1.378,4	1.392,1
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	20.868,2	7.162,5	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0	10.008,1	10.796,0	18.782,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	130,2	23,5	68,2	81,9	74,0	63,3	72,3	68,1	68,2	74,6	196,6	106,0	145,9
IV.5. Despesas do Banco Central	226,7	198,6	117,5	171,1	172,3	161,0	152,4	178,9	168,8	343,2	226,3	268,3	273,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁵	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.244,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-8.052,4	15.362,5	5.217,3	10.606,9	16.720,7	5.550,5	7.920,7	7.201,8	6.267,5	6.133,2	14.865,0	-4.421,8	-20.023,0
VI.1. Tesouro Nacional	-4.151,9	20.514,2	7.239,2	13.274,6	19.546,9	8.323,0	10.804,4	9.432,3	10.367,2	13.689,6	16.737,0	-146,5	-21.702,1
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁶	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5	-1.909,2	-4.224,7	1.737,5
VI.3. Banco Central ⁷	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9	37,2	-50,6	-58,4
VII. AJUSTE METODOLÓGICO⁸	0,0	148,4	143,2	146,3	141,1	138,5	134,4	131,3	70,5	100,5	74,9	0,0	0,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-635,7	1.194,4	-1.272,3	286,1	-1,2	-772,6	-988,0	441,0	915,0	-1.060,2	-474,4	1.139,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)⁹	-8.688,1	16.705,3	4.088,2	11.039,3	16.860,6	4.916,4	7.067,1	7.774,1	7.253,0	5.173,5	14.465,6	-3.282,7	nd
X. JUROS NOMINAIS⁹	-7.169,0	-6.469,2	-10.407,0	-7.795,2	-10.473,1	-10.396,8	-8.214,8	-9.882,8	-5.727,4	-4.160,2	-3.478,8	-4.884,7	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)⁹	-15.857,1	10.236,2	-6.318,8	3.244,1	6.387,5	-5.480,3	-1.147,7	-2.108,7	1.525,6	1.013,2	10.986,7	-8.167,5	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4	653,3	893,7	1.343,9	1.142,4
RMV ⁴	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1	153,7	152,5	151,3	271,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, alterada pela MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁶ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁷ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁸ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Dez/2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2008
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	80.050,6	46.651,1	59.324,0	54.872,4	58.862,3	60.782,1	57.723,1	59.325,6	65.917,3	59.770,2	61.998,8	66.575,9	80.010,6
I.1 - Recolhimento Bruto	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0
I.5 - Receita do Salário Educação	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4
I.7 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	59.019,1	67.612,9	47.441,1	51.389,8	53.213,8	56.291,7	60.641,5	64.255,8	49.005,2	54.756,8	48.764,0	67.037,4	61.135,6
II.1 - Liberações Vinculadas	11.978,1	13.810,2	13.733,2	10.994,6	12.436,4	13.907,4	11.332,5	11.274,5	14.217,2	11.648,5	12.292,7	16.506,4	15.469,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8
II.1.4 - Outras Vinculações	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9
II.2 - Liberações Ordinárias	47.041,0	53.802,7	33.707,8	40.395,2	40.777,4	42.384,2	49.309,0	52.981,3	34.788,0	43.108,3	36.471,2	50.531,0	45.666,2
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.423,1	12.619,9	10.454,1	9.735,0	10.097,9	10.844,5	13.571,2	10.926,4	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5
i) Dívida Contratual Interna	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1
ii) Dívida Contratual Externa	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6
II.2.5 - Custeio e Investimento	17.525,1	7.172,7	6.004,6	7.868,6	8.692,4	8.246,5	9.677,6	9.240,9	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	21.031,5	-20.961,8	11.882,9	3.482,7	5.648,6	4.490,5	-2.918,4	-4.930,3	16.912,2	5.013,4	13.234,8	-461,5	18.875,0
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	16.462,8	24.067,3	34.613,8	21.769,9	23.645,7	18.621,8	38.064,0	21.375,8	19.965,2	8.888,4	10.107,0	13.618,9	68.171,1
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	922,4	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3
V. DESPESAS	19.498,1	44.541,4	1.345,8	22.404,9	59.805,9	2.041,4	20.603,6	65.622,6	3.966,6	18.412,7	26.669,0	2.555,5	21.618,0
V.1 - Amortização da Dívida Interna	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0
V.1.2 - Dívida Contratual	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-3.711,1	-19.647,4	32.715,7	8,0	-37.577,3	16.121,8	16.796,2	-43.751,3	16.134,2	-10.348,2	-17.142,1	10.593,6	45.566,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	22.850,8	-47.632,1	49.060,1	9.080,4	-32.491,9	24.824,2	40.786,6	-75.875,7	35.733,8	1.085,4	-2.215,0	11.084,8	97.420,6

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Dez/2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2008
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	10.154,6	31.528,5	4.709,1	6.232,6	14.519,7	5.753,4	26.244,5	2.301,3	4.022,9	5.596,3	17.412,2	2.682,9	31.992,5
I.1. Emissão de Títulos	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	5.300,0	37.724,6	800,0	0,0	16.500,0	2.000,0	0,0	29.000,0	1.200,0	0,0	16.300,0	2.200,0	0,0
II.1. Resgate de Títulos	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0
III. RESULTADO (I - II)	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Dez/2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2008
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	49,4	47,0	44,6	38,5	39,9	1,6	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	1,5	19,5	0,4	0,9	2,7	0,9	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-15,7	54,8	39,3	125,2	196,6	61,5	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0
IV. PRONAF	74,8	224,2	34,0	61,2	47,9	20,4	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5
V. PROEX	102,6	-132,9	-10,5	55,4	42,7	66,3	-12,9	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8
V.2. Concessão de Financiamento ¹	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	177,6	14,0	54,4	4,5	15,3	7,5	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	595,3	50,6	23,6	22,1	20,0	24,8	76,9	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0
XI. FUNCAFÉ	1,9	4,1	0,0	1,7	0,8	1,0	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	743,6	-50,2	-70,0	-55,1	-49,6	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5
XIII. TOTAL	1.731,2	231,2	115,8	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

	Dez/2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2008
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	599.976,9	600.252,2	602.298,4	601.469,9	592.388,5	594.780,9	622.143,9	625.730,9	625.853,6	624.506,8	614.743,6	618.211,8	691.688,1
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.587.587,8	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5
DPMFi em Poder do Público ¹	1.219.726,4	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3
DPMFi em Poder do Banco Central	355.345,6	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7
Demais Obrigações Internas	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0
I.2. HAVERES INTERNOS	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.072.408,4
Disponibilidades Internas	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	262.995,1
Haveres junto aos Governos Regionais	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3
Haveres da Administração Indireta	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0
Haveres Administrados pela STN	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.228,0
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	109.947,7	107.101,5	102.933,6	105.949,9	99.312,1	97.301,5	95.817,2	93.260,1	96.053,5	110.044,8	118.724,4	129.555,8	132.187,0
II.1. DÍVIDA EXTERNA	110.227,6	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2
Dívida Mobiliária	85.614,8	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9
Dívida Contratual	24.612,8	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4
II.2. HAVERES EXTERNOS	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	709.924,7	707.353,7	705.232,0	707.419,8	691.700,6	692.082,5	717.961,0	718.991,0	721.907,1	734.551,6	733.468,0	747.767,6	823.875,1
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	25,9%	25,6%	25,4%	25,3%	24,3%	23,9%	24,4%	24,3%	24,4%	24,6%	24,4%	25,0%	27,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2008
I. DÍVIDA INTERNA	1.587.587,8	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.219.726,4	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3
LFT	424.505,7	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4
LTN	312.489,3	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0
NTN-B	238.016,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3
NTN-C	64.612,9	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7
NTN-F	127.951,0	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5
Dívida Securitizada	20.120,9	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3
Demais Títulos em Poder do Público	32.029,9	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	355.345,6	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9
LFT	77.922,0	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5
LTN	152.219,4	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6
Demais Títulos na Carteira do BCB	125.204,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0
II. DÍVIDA EXTERNA	110.227,6	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	85.614,8	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9
Euro	11.630,9	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3
Global US\$	62.983,2	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3
Global BRL	10.664,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0
Demais Títulos Externos	336,8	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	24.612,8	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4
Organismos Multilaterais	20.485,7	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.127,2	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.697.815,4	1.673.771,3	1.708.923,2	1.725.624,3	1.686.297,2	1.709.917,2	1.771.591,5	1.700.621,5	1.726.495,1	1.745.532,5	1.759.575,4	1.790.257,9	1.896.608,7
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	62,0%	60,7%	61,5%	61,6%	59,3%	59,0%	60,2%	57,5%	58,4%	58,6%	58,6%	59,8%	63,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2008
I. HAVERES INTERNOS	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.072.408,4
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	262.995,1
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3
Bônus Renegociados	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2
Antecipação de Royalties	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3
Fundos Constitucionais Regionais	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.909,7
Fundos Diversos	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.228,0
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.554,4
Haveres de Operações Estruturadas	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7
Haveres Originários de Privatizações	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2
Haveres de Legislação Específica	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0
Demais Haveres Administrados pela STN	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6
II. HAVERES EXTERNOS	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	987.890,7	966.417,6	1.003.691,2	1.018.204,6	994.596,6	1.017.834,8	1.053.630,4	981.630,5	1.004.588,1	1.010.980,9	1.026.107,4	1.042.490,3	1.072.733,6
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	36,1%	35,0%	36,1%	36,4%	35,0%	35,1%	35,8%	33,2%	34,0%	33,9%	34,2%	34,8%	36,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ DEZEMBRO 2008/2007 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	114.625,0	42.994,8	42.994,8	6.517,7	19.715,1	26.232,8	364.418,1	53.432,4	53.432,4	3.117,8	13.767,7	16.885,5
Senado Federal	131.345,6	46.105,7	46.105,7	14.004,4	16.908,5	30.912,9	58.516,6	19.423,3	19.423,3	10.472,7	24.464,9	34.937,6
Tribunal de Contas da União	35.146,7	34.698,5	34.698,5	4.110,8	3.608,0	7.718,8	53.188,6	51.753,0	51.753,0	7.301,2	26.014,4	33.315,6
Supremo Tribunal Federal	82.306,9	78.763,8	78.763,8	23.531,0	22.028,3	45.559,3	70.956,0	65.065,9	65.065,9	10.307,9	51.090,1	61.398,0
Superior Tribunal de Justiça	21.349,6	17.595,8	17.595,8	3.509,3	3.661,0	7.170,3	11.516,8	10.832,7	10.832,7	2.993,2	14.034,3	17.027,4
Justiça Federal ³	294.843,1	329.571,3	329.571,3	142.818,3	138.983,0	281.801,4	240.900,4	347.127,1	347.127,1	210.394,8	169.721,6	380.116,4
Justiça Militar	7.585,3	4.230,5	4.230,5	1.145,6	2.121,3	3.266,9	6.427,7	4.674,9	4.674,9	798,5	2.656,0	3.454,5
Justiça Eleitoral	219.257,2	179.924,6	179.924,6	79.287,0	56.709,7	135.996,7	354.251,2	330.979,7	330.979,7	182.200,4	90.628,9	272.829,3
Justiça do Trabalho	221.180,8	190.736,6	190.736,6	35.371,6	111.627,4	146.999,0	202.986,8	177.682,8	177.682,8	40.390,4	144.235,4	184.625,8
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	52.817,0	52.478,1	52.478,1	5.519,2	24.174,7	29.693,8	25.913,9	27.214,1	27.214,1	10.585,4	43.820,8	54.406,1
Presidência da República ⁴	949.371,8	768.190,5	768.190,5	297.894,5	97.018,4	394.912,8	1.902.884,0	982.112,1	982.112,1	383.528,4	291.888,8	675.417,3
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.011,5	41.540,7	41.540,7	7.000,2	136.377,4	143.377,6	53.657,1	33.872,2	33.872,2	2.740,0	16.994,9	19.734,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	622.126,5	557.462,4	557.462,4	140.823,7	244.610,8	385.434,5	857.320,1	698.628,2	698.615,7	152.177,3	342.241,2	494.418,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.089.527,6	884.159,4	884.159,4	449.216,7	349.407,6	798.624,3	1.238.947,9	1.014.171,0	1.014.171,0	433.232,6	308.346,7	741.579,2
Ministério da Fazenda ⁵	297.420,0	193.290,1	193.290,1	59.571,6	234.229,5	293.801,1	479.322,8	378.821,5	378.821,5	311.178,1	130.880,6	442.058,7
Ministério da Educação	2.946.612,3	2.876.512,8	2.876.506,4	674.161,3	802.265,3	1.476.426,6	3.782.129,8	3.129.163,9	3.129.163,9	771.970,6	1.632.546,6	2.404.517,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	218.757,1	187.128,5	187.128,5	166.531,8	49.318,2	215.850,0	196.170,7	60.939,2	60.939,2	25.295,2	28.069,1	53.364,4
Ministério da Justiça	1.277.303,8	873.361,5	873.361,5	436.749,1	480.534,7	917.283,8	1.684.876,1	1.153.077,5	1.153.077,5	554.688,2	318.609,6	873.297,8
Ministério de Minas e Energia	50.036,1	32.870,9	32.870,9	13.465,2	16.304,2	29.769,4	62.547,6	27.835,0	27.835,0	11.947,7	18.240,8	30.188,6
Ministério da Previdência Social	131.250,0	69.617,8	69.617,8	12.664,9	85.512,5	98.177,4	172.228,2	133.640,9	133.640,9	21.278,6	52.757,0	74.035,6
Ministério Público da União	360.642,3	300.094,0	300.094,0	89.910,5	83.840,1	173.750,6	193.566,6	161.436,6	161.436,6	23.863,7	165.221,0	189.084,7
Ministério das Relações Exteriores	27.159,2	23.078,9	23.078,9	21.832,9	6.568,3	28.401,2	38.569,2	42.218,6	42.218,6	40.397,4	1.318,0	41.715,4
Ministério da Saúde	4.752.240,3	2.838.896,2	2.838.825,6	232.523,7	1.200.658,5	1.433.182,1	4.001.789,7	2.612.440,0	2.612.440,0	310.858,5	969.507,9	1.280.366,3
Ministério do Trabalho e Emprego	50.985,9	44.527,1	44.527,1	29.814,7	33.377,3	63.192,0	91.778,5	36.668,6	36.668,6	19.103,6	12.351,2	31.454,8
Ministério dos Transportes	10.878.190,7	9.044.160,0	9.044.160,0	3.277.316,8	2.282.687,8	5.560.004,6	10.977.481,4	8.319.715,2	8.319.715,2	1.907.794,6	4.100.462,0	6.008.256,6
Ministério das Comunicações	375.565,3	362.746,2	362.746,2	9.775,2	95.411,1	105.186,3	47.584,4	26.593,8	26.593,8	1.022,0	349.190,6	350.212,6
Ministério da Cultura	271.707,6	141.515,4	141.515,4	27.943,5	62.069,7	90.013,2	272.344,1	112.195,1	112.195,1	31.613,1	76.284,5	107.897,6
Ministério do Meio Ambiente	102.213,4	45.597,8	45.597,8	18.990,7	32.871,9	51.862,6	167.341,8	50.779,3	50.779,3	12.935,8	24.574,3	37.510,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.428.585,3	2.121.044,4	2.121.044,4	1.550.432,5	281.559,5	1.831.992,0	2.466.880,9	1.367.029,6	1.367.029,6	790.427,5	440.953,3	1.231.380,7
Ministério do Esporte	707.895,5	577.982,3	577.982,3	170.214,7	337.627,2	507.842,0	892.507,9	646.000,1	646.000,1	9.708,3	209.352,2	219.060,5
Ministério da Defesa	3.668.871,7	3.821.631,9	3.821.629,1	2.137.639,3	777.755,0	2.915.394,3	4.318.541,8	4.182.595,0	4.182.583,5	2.333.284,3	1.618.627,7	3.951.912,0
Ministério da Integração Nacional	4.201.081,8	3.302.643,4	3.302.643,0	434.523,1	847.819,8	1.282.342,8	5.498.711,5	3.910.445,0	3.910.444,0	554.507,1	1.540.767,2	2.095.274,3
Ministério do Turismo	1.548.598,0	1.274.348,9	1.274.348,9	219.698,6	604.359,7	824.058,3	2.258.686,4	1.717.486,8	1.717.486,8	87.204,0	764.333,3	851.537,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	233.460,2	182.478,8	182.478,8	86.354,9	53.250,9	139.605,8	196.542,2	178.854,8	178.854,8	80.901,3	59.903,2	140.804,4
Ministério das Cidades	6.797.047,1	5.395.364,2	5.395.364,2	153.676,6	1.479.157,0	1.632.833,6	7.403.817,7	5.890.447,8	5.890.447,8	1.083.668,8	3.780.911,9	4.864.580,7
TOTAL	45.222.118,1	36.937.344,0	36.937.252,9	11.034.541,5	11.074.129,2	22.108.670,7	50.645.304,2	37.955.353,8	37.955.328,8	10.433.888,9	17.834.767,8	28.268.656,7

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁵ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 12 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

DEZEMBRO / 2008

Comentários

Em Dezembro de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 35,4%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 9.724.776,9 (mil), ante R\$ 7.180.359,2 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%. Estão incluídos no montante distribuído a parcela do FPM decorrente de Emenda Constitucional 55/2007, sem considerar esta parcela a variação em relação ao mês anterior foi de 5,3%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Dez / 2008	Dez / 2008	Jan a Dez/ 2008
							Nov / 2008	Dez / 2007	Jan a Dez/ 2007
FPM	2.876.616,3	4.330.537,5	33.934.881,7	3.671.774,7	6.031.962,9	42.301.648,2	64,3%	39,3%	24,7%
FPE	2.748.766,5	3.721.102,6	32.009.695,6	3.508.584,5	3.692.814,1	38.350.492,4	5,3%	-0,8%	19,8%
IPI-Exp	254.626,3	285.015,3	2.666.539,5	268.547,7	139.688,3	2.951.036,9	-48,0%	-51,0%	10,7%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
DEZEMBRO	- 6,0 %	+ 5,3%	- 6,0 % *	+ 5,3 % *	- 52,0 %	- 51,0 %

* Obs.: sem considerar o pagamento referente à emenda Constitucional 55/2007

Estimativa Trimestral

FUNDOS	JAN/DEZ	FEV/JAN	MAR/FEV
FPM * / FPE / FNE / FNO / FCO	- 8,0 %	+ 20,0 %	- 12,0 %
IPI - EXP	+ 87,0 %	+ 5,0 %	+ 9,0 %

* Obs.: não foi considerado na base do FPM de dezembro os valores referentes à emenda Constitucional 55/2007

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2008 a 20/12/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
NOV/3º DEC	443.784	7.758.532	8.202.316	DEZ/1º DEC	1.440.249	1.507.237	36.244	2.983.730
DEZ/1º DEC	539.633	5.321.873	5.861.507	DEZ/2º DEC	1.029.225	1.077.096	44.072	2.150.393
DEZ/2º DEC	506.708	4.832.728	5.339.436	DEZ/3º DEC	937.554	981.161	41.383	1.960.098
TOTAL	1.490.125	17.913.133	19.403.258	SUBTOTAL	3.407.028	3.565.494	121.699	7.094.221
Dívida Ativa – Depósitos Judiciais, Lei 9.703/98, códigos 7525 e 7961, período dez/98 a ago/07 – creditado em 19/12/2008					200.782	210.121	1.556	412.459
Dívida Ativa - Depósitos Judiciais, Lei 9703/98, códigos 7525 e 7961, período set/07 a jun/08 – creditado em 30/12/2008					85.004	88.958	16.434	190.396
Emenda Constitucional 55/2007 – 1% Adicional ao FPM						2.167.390		
TOTAL					3.692.814	6.031.963	139.689	7.697.076

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.
- O Crédito referente à Emenda Constitucional 55/2007 foi realizado em 10/12/2008

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	31.727,4	126.331,2	17,3
ALAGOAS	AL	143.521,2	153.624,8	491,6
AMAZONAS	AM	88.922,8	103.044,3	1.948,8
AMAPÁ	AP	23.273,1	125.998,8	92,8
BAHIA	BA	550.180,9	346.984,2	9.733,3
CEARÁ	CE	315.201,6	270.938,1	1.219,9
DISTRITOFEDERAL	DF	10.011,6	25.487,8	109,8
ESPÍRITOSANTO	ES	104.060,8	55.392,2	6.237,7
GOIÁS	GO	219.037,7	104.990,4	1.844,8
MARANHÃO	MA	251.869,2	266.554,7	1.642,3
MINASGERAIS	MG	792.135,9	164.496,4	16.675,3
MATOGROSSODOSUL	MS	91.841,4	49.188,3	834,3
MATOGROSSO	MT	110.214,0	85.226,5	1.723,4
PARÁ	PA	217.635,8	225.704,8	7.048,7
PARAÍBA	PB	194.899,3	176.845,2	328,7
PERNAMBUCO	PE	301.272,4	254.811,6	925,3
PIAÚÍ	PI	150.185,9	159.581,3	38,9
PARANÁ	PR	409.770,8	106.471,2	13.625,5
RIODEJANEIRO	RJ	178.540,2	56.415,1	20.062,5
RIOGRANDEDONORTE	RN	152.232,0	154.282,1	290,6
RONDÔNIA	RO	52.915,7	103.974,9	301,1
RORAIMA	RR	18.451,3	91.607,6	6,7
RIOGRANDEDOSUL	RS	409.741,3	86.958,4	16.795,4
SANTACATARINA	SC	234.499,6	47.260,6	9.560,3
SERGIPE	SE	90.002,9	153.447,5	137,1
SÃO PAULO	SP	797.272,9	36.928,1	27.937,7
TOCANTINS	TO	92.545,4	160.268,1	58,6
TOTAL		6.031.962,9	3.692.814,1	139.688,3

Obs.: Deduzidos 18,33 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.